
Coleção

REPERCUSSÕES DO

v.11

**NOVO
CPC**

Coordenador geral

FREDIE DIDIER JR.

**DIREITO NOTARIAL
E REGISTRAL**

Coordenador

ROBERTO PAULINO

2016



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br



Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

Diagramação: Linotec (www.linotec.com.br)

C328 Direito notarial e registral / coordenador, Roberto Paulino. – Salvador :
Juspodivm, 2016.
192 p. (Coleção Repercussões do Novo CPC, v. 11 ; coordenador geral, Fredie
Didier Jr.)

Vários autores
Bibliografia
ISBN: 978-85-442-0689-8.

1. Notário. Tabeliães. Direito notarial. I. Paulino, Roberto. II. Título.

CDD 341.411

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

Capítulo 1 ► As ações de divisão e demarcação de terras particulares no Código de Processo Civil de 2015 e as influências recíprocas entre o Direito Processual Civil e o Direito Notarial e Registral.....	17
<i>Anna Cecília Guedes de Farias Cunha e Wladimir Alcibiades Marinho Falcão Cunha</i>	
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS: OS IMPACTOS DO NOVO CPC DE 2015 NO DIREITO REGISTRAL E NOTARIAL E AS INFLUÊNCIAS RECÍPROCAS ENTRE UM E OUTRO	17
2. AS AÇÕES DE DEMARCAÇÃO E DIVISÃO DE TERRAS PARTICULARES NA PASSAGEM DO CPC DE 1973 PARA O CPC DE 2015: DE TÍMIDAS ALTERAÇÕES PROCEDIMENTAIS PARA CAPITAIS ABERTURAS SISTEMÁTICAS PARA COM O DIREITO REGISTRAL E NOTARIAL	20
3. OS IMPACTOS DO NOVO DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO (O NOVO CPC) SOBRE O DIREITO REGISTRAL E NOTARIAL E AS INFLUÊNCIAS RECÍPROCAS ENTRE AMBOS.....	25
3.1. A DEMARCAÇÃO E DIVISÃO DE TERRAS PARTICULARES POR MEIO DE ESCRITURA PÚBLICA EM TABELIONATO DE NOTAS	25
3.2. GEORREFERENCIAMENTO: A DISPENSA DA PERÍCIA JUDICIAL EM SE TRATANDO DE IMÓVEL JÁ GEORREFERENCIADO E A IMPERATIVIDADE DO USO DESSE MÉTODO EM CASO DE NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TAL PERÍCIA	31
3.3. RETIFICAÇÃO CONSENSUAL DE ÁREA DIRETAMENTE NO REGISTRO DE IMÓVEIS, A PEDIDO DO INTERESSADO E COM A CONCORDÂNCIA DOS CONFRONTANTES	37
4. CONCLUSÕES.....	40
5. REFERÊNCIAS	42
Capítulo 2 ► Inventário e partilha extrajudiciais no Código de Processo Civil de 2015.....	45
<i>Humberto João Carneiro Filho</i>	
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	45
2. ACHEGAS CONCEITUAIS EM TORNO DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA.....	46
3. INVENTÁRIO E PARTILHA EXTRAJUDICIAIS: UMA OPÇÃO DE POLÍTICA LEGISLATIVA	48
3.1. DA INADMISSÃO DOS INVENTÁRIOS EXTRAJUDICIAIS NA EXPERIÊNCIA JURÍDICA BRASILEIRA.....	48
3.2. DESJUDICIALIZAÇÃO DE ATOS EM DIREITO SUCESSÓRIO: A LEI 11.441/2007	51
4. INVENTÁRIO E PARTILHA EXTRAJUDICIAIS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.....	52
5. REFERÊNCIAS	58
Capítulo 3 ► O protesto de sentença previsto no Novo Código de Processo Civil.....	59
<i>Gustavo Henrique Trajano de Azevedo e Lucas Buril de Macêdo</i>	
1. CONCEITO E FINALIDADE DO PROTESTO.....	59
2. OBJETO DO PROTESTO.....	62
3. CLASSIFICAÇÃO DO PROTESTO.....	64

SUMÁRIO

4.	PROCEDIMENTO DO SERVIÇO DE PROTESTO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS.....	65
5.	O PROTESTO DE SENTENÇA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	67
5.1.	SITUAÇÃO NORMATIVA ANTERIOR.....	67
5.2.	DECISÕES PROTESTÁVEIS	69
5.3.	REQUISITOS E FORMA DO PROTESTO DE SENTENÇA.....	72
5.4.	O § 3º DO ART. 517	74
5.5.	CANCELAMENTO DO PROTESTO.....	75
6.	CONCLUSÕES.....	76
	REFERÊNCIAS	76

Capítulo 4 ►	Extinção extrajudicial da união estável no Novo Código de Processo Civil – Lei 13.105/2015.....	79
	<i>Manoela Quintas</i>	

	À GUIA DE INTRODUÇÃO.....	79
	UNIÃO ESTÁVEL E A IMPORTÂNCIA DA ESCRITURA PÚBLICA NA FORMALIZAÇÃO DE SUA EXTINÇÃO.....	80
	EXTINÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL E O NOVO CPC.....	83
	A ESCRITURA PÚBLICA DE DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL DE ACORDO COM O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	84
	DAS DECLARAÇÕES DAS PARTES.....	85
	DA NECESSIDADE OU NÃO DE ASSISTENTE JURÍDICO NA ESCRITURA PÚBLICA DE EXTINÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL...	86
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	88

Capítulo 5 ►	A ata notarial e seus reflexos no Novo Código de Processo Civil	89
	<i>Martha El Debs</i>	

1.	DISTINÇÃO ENTRE ATA NOTARIAL E ESCRITURA PÚBLICA	89
1.1	CONCEITO DE ATA NOTARIAL.....	89
1.2	DIFERENÇAS ENTRE ATA NOTARIAL E ESCRITURA PÚBLICA.....	90
2.	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	92
3.	OBJETO DA ATA NOTARIAL.....	93
4.	REQUISITOS E ESTRUTURA DA ATA NOTARIAL	94
5.	ESPÉCIES DE ATAS NOTARIAIS.....	96
5.1.	ATA DE PRESENÇA OU COMPROVAÇÃO	96
5.2.	ATA DE NOTARIEDADE.....	96
5.3.	ATA DE NOTIFICAÇÃO.....	97
5.4.	ATA DE SANACÃO OU SUBSANACÃO.....	97
6.	LIMITES DA ATA NOTARIAL.....	98
7.	A ATA NOTARIAL E SUA FORÇA PROBANTE – UTILIZAÇÃO COMO PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA.....	99
8.	OS REFLEXOS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NA ATA NOTARIAL.....	101
9.	CONCLUSÃO	106
10.	BIBLIOGRAFIA.....	107

SUMÁRIO

Capítulo 6 ► Extensão do benefício da justiça gratuita aos emolumentos devidos a notários e registradores.....	109
<i>Rafael Alexandria de Oliveira</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	109
2. O BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA: GENERALIDADES	109
2.1. NOÇÃO.....	109
2.2. TERMINOLOGIA.....	110
2.3. RESPONSABILIDADES PROVISÓRIA E DEFINITIVA PELO CUSTEIO DO PROCESSO: O ÂMBITO DE ATUAÇÃO DO BENEFÍCIO	110
2.4. PRESSUPOSTO PARA A CONCESSÃO: INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS.....	111
2.5. MODULAÇÃO DO BENEFÍCIO	112
2.6. RESPONSABILIDADE DO BENEFICIÁRIO VENCIDO: EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO E INTERPRETAÇÃO DO ART. 98, § 3º, DO CPC.....	113
3. O BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA E OS EMOLUMENTOS	115
3.1. EXTENSÃO DA GRATUIDADE AOS EMOLUMENTOS.....	115
3.2. DISCUSSÃO SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 98, § 1º, IX, DO CPC.....	116
3.3. IMPUGNAÇÃO À EXTENSÃO DO BENEFÍCIO AOS EMOLUMENTOS.....	117
3.4. MECANISMOS DE COMPENSAÇÃO E APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO ART. 95, §§ 3º A 5º, DO CPC.....	119
3.5. EXECUÇÃO DO CRÉDITO DE EMOLUMENTOS.....	120
4. CONCLUSÃO	121
Capítulo 7 ► A hipoteca judiciária: uma análise do CPC/1973 ao CPC/2015.....	123
<i>Ravi Peixoto</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	123
2. FUNÇÃO E NATUREZA JURÍDICA	125
3. ASPECTOS RELEVANTES	127
3.1. DECISÕES COM APTIDÃO PARA A PRODUÇÃO DA HIPOTECA JUDICIÁRIA	127
3.1.1. DECISÃO COM COGNIÇÃO PROVISÓRIA.....	127
3.1.2. DECISÕES CONDENATÓRIAS.....	129
3.1.3. SITUAÇÕES QUE NÃO IMPEDEM A SUA FORMAÇÃO.....	131
3.2. PARTES QUE PODEM SER ATINGIDAS PELA HIPOTECA.....	132
3.3. EXIGÊNCIAS FORMAIS	133
3.4. BENS QUE PODEM SER ATINGIDOS.....	136
3.5. HIPÓTESES DE CESSAÇÃO DA EFICÁCIA.....	137
3.6. PREFERÊNCIAS DO CRÉDITO.....	141
3.7. NATUREZA JURÍDICA DA RESPONSABILIDADE CIVIL	141
4. CONCLUSÃO	142
Capítulo 8 ► Do procedimento extrajudicial da homologação de penhor legal previsto nos §§ 2º-4º do art. 703, CPC-15: aspectos estruturais e inconstitucionalidade de sua previsão normativa	143
<i>Roberto P. Campos Gouveia Filho</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	143

SUMÁRIO

2.	BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PENHOR LEGAL.....	144
2.1.	MODOS DE CONSTITUIÇÃO DO PENHOR.....	144
2.2.	RAZÃO PRAGMÁTICA DE, NO PENHOR, A POSSE IMEDIATA (DIRETA) DO BEM DADO EM GARANTIA FICAR, EM REGRA, NA TITULARIDADE DO CREDOR-PIGNORATÍCIO.....	145
2.3.	DA ALIENABILIDADE DA COISA E DA LEGITIMIDADE PARA ALIENÁ-LA.....	146
2.4.	O CHAMADO PENHOR LEGAL.....	146
2.5.	O PROBLEMA EM TORNO DA IMPENHORABILIDADE DOS BENS.....	147
3.	ASPECTOS GERAIS DA AÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO DE PENHOR LEGAL.....	148
3.1.	NATUREZA CAUTELAR DA AÇÃO?.....	149
3.2.	TOMADA DA COISA EM PENHOR: HIPÓTESE DE AUTOTUTELA.....	150
3.2.1.	PRESSUPOSTOS PARA A LICITUDE DA TOMADA DA COISA EM PENHOR.....	151
4.	A HOMOLOGAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	153
4.1.	PROCEDIMENTO.....	153
4.2.	INCONSTITUCIONALIDADE DA PREVISÃO NORMATIVA.....	154
5.	POR UMA CONCLUSÃO.....	155
6.	BIBLIOGRAFIA.....	156
Capítulo 9 ► Fraude à execução no CPC/15: algumas questões registrais.....		157
<i>Rodrigo Mazzei e Leriane Drumond Bento</i>		
1.	INTRODUÇÃO.....	157
2.	FRAUDE À EXECUÇÃO.....	157
3.	FRAUDE À EXECUÇÃO E O TERCEIRO (ADQUIRENTE) DE BOA-FÉ.....	158
4.	ATOS DE PUBLICIDADE (REGISTRAL) CAPAZES DE CONFIGURAR A FRAUDE À EXECUÇÃO.....	160
5.	BREVE FECHAMENTO.....	162
Capítulo 10 ► Divórcio extrajudicial e separação extrajudicial no Código de Processo Civil de 2015.....		163
<i>Venceslau Tavares Costa Filho</i>		
1.	A QUESTÃO DA SEPARAÇÃO DE DIREITO APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL 66 DE 2010.....	163
2.	O FENÔMENO DA DESJUDICIALIZAÇÃO OU EXTRAJUDICIALIZAÇÃO DOS CONFLITOS.....	169
3.	ALGUNS PRESSUPOSTOS DAS ESCRITURAS DE DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.....	173
Capítulo 11 ► Usucapião extrajudicial.....		177
<i>Luiz Carlos Weizenmann</i>		
1.	NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	177
2.	DA ATIVIDADE NOTARIAL.....	178
3.	USUCAPIÃO.....	179
4.	DA ALTERNATIVA.....	180
5.	DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.....	182
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		189
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		189